INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I

1.º Ano Turno da Noite

Ano letivo 2021/2022

11 de Janeiro de 2022

Crterios de Correo

Joaquim e Isabel so arrendatrios de um prdio h mais 30 anos. Subitamente, e quando j gozavam a sua velhice, inicia-se no prdio contguo ao seu uma obra de grande envergadura que implica a realizao de escavaes profundas. Apesar dos avisos de Joaquim aos proprietrios do prdio vizinho e das constantes cartas endereadas Cmara Municipal, as escavaes acabam por provocar uma enorme fenda numa das paredes do prdio de Joaquim e Isabel, a qual acaba por ruir.

Indignados, Joaquim e Isabel instruem o seu advogado para propor uma aco na qual peticionam uma indemnizao pelos danos causados pelas escavaes, nos termos da norma do artigo 1348.º, n.º 2, do Cdigo Civil. Os advogados dos proprietrios do prdio vizinho alegam, no entanto, que Joaquim e Isabel no so titulares de qualquer direito a uma indemnizao porquanto no so proprietrios do prdio.

- a)** Considerando as posies assumidas, pronuncie-se sobre a admissibilidade de atribuio de uma indemnizao a Joaquim e Isabel¹. **(5 valores)**.
- i.** Identificao do problema interpretativo: saber se um arrendatrio pode ser tambm titular de uma indemnizao por fora da realizao de escavaes, atento o facto de a norma do artigo 1348.º, n.º 2, referir apenas o proprietrio;
 - ii.** Identificar os elementos interpretativos relevantes, em particular o elemento literal e o elemento teleolgico e proceder sua aplicao ao caso concreto.
 - iii.** Concluir que, em termos de resultado interpretativo, no possvel fazer uma interpretao extensiva do enunciado, atenta a ausncia de mnimo apoio na letra do enunciado normativo.
 - iv.** Ponderar o recurso a uma extenso teleolgica e explicao circunstanciada do seu significado.

¹ Na sua resposta, assuma que no vigora a norma do artigo 493.º, n.º 2, do Cdigo Civil.

- v. Identificar o facto de existir uma lacuna, explicar em que consiste e proceder a uma analogia, *legis* ou *iuris*

b) Suponha que, antes da propositura da acção, o Supremo Tribunal de Justiça emana um Acórdão de Uniformização de Jurisprudência em cujo sumário pode ler-se: “ *A indemnização prevista no artigo 1348.º, n.º 2, do Código Civil, apenas pode ser atribuída ao titular do direito de propriedade sobre o prédio*”. Qual a relevância deste Acórdão de Uniformização para a resolução do litígio que opõe Joaquim e Isabel aos proprietários do prédio vizinho? **(3 valores)**

- i. Explicar o que é um Acórdão de Uniformização de Jurisprudência;
- ii. Abordar a sua relevância para a resolução de casos concretos, em particular à luz dos princípios da segurança jurídica e da igualdade;
- iii. Explicar que os Acórdãos de Uniformização de Jurisprudência não põem em causa a liberdade da decisão dos tribunais nem a sua vinculação à lei.
- iv. Explicar que os Acórdãos de Uniformização de Jurisprudência não implicam, à luz da referida liberdade e da vinculação do juiz à lei, a elevação da jurisprudência a fonte de direito.

II

Responda de forma direta e sucinta às seguintes questões:

a) Distinga interpretação conforme com a Constituição e interpretação orientada pela Constituição **(3 valores)**.

- i. Explicar o conceito de interpretação conforme à Constituição;
- ii. Abordar o facto de, em rigor, a interpretação conforme com a Constituição não poder ignorar os demais elementos interpretativos, os quais configuram pressupostos da mesma, e de configurar uma regra ou princípio de prioridade entre os vários resultados interpretativos.
- iii. Explicar que, em certos casos, nomeadamente as disposições legislativas carecidas de concretização judicial, não é possível ao Tribunal Constitucional proceder a uma interpretação conforme no quadro do controle de constitucionalidade;

iv. Abordar o facto de, nesses casos, ser possível, no entanto, uma interpretação orientada pela Constituição, no quadro do elemento sistemático, a ser realizada pelos tribunais comuns ou mesmo pelo Tribunal Constitucional.

b) Distinga, fundamentadamente, argumento analógico e argumento a *contrario* (3 valores).

i. Definir o argumento a contrario como um tipo de argumento mediante o qual se defende que a regulação de uma determinada situação de facto por parte da lei implica uma regulação em sentido negativo da mesma, ou seja, excluindo outras situações de facto por ela não literalmente abrangidas;

ii. Definir o argumento analógico como o tipo de argumento que, no quadro do desenvolvimento do direito ou da interpretação jurídica, permite justificar a extensão da regulação de uma determinada situação a outras situações, com base na existência de semelhanças entre ambas.

iii. Referir que o argumento analógico exclui em qualquer das suas modalidades o argumento a *contrario* e que, no quadro da interpretação, justifica a interpretação extensiva.

Comente uma, e só uma, das seguintes afirmações(4 valores):

“As normas corporativas são um resquício histórico da organização do Estado Novo e não podem, hoje, ser consideradas verdadeiras fontes de direito.”

i. Explicar, de forma sintética, o que podem considerar-se normas corporativas, à luz da definição do n.º 2 do artigo 1.º do CC;

ii. Referir que é possível fazer uma interpretação actualista das referências às normas corporativas contidas no artigo 1.º, nelas incluindo, entre outras, (i) as que estabelecem o estatuto, a organização e a disciplina interna de entes de base associativa, públicos ou privados; (ii) estatutos e regulamentos internos de organizações privadas internacionais.

“O reconhecimento do costume como fonte do direito não significa que os tribunais do Estado estejam obrigados a reconhecê-lo nas suas decisões.”

i. Explicar que, apesar da natureza originária do costume, o Estado pode sempre condicionar a sua relevância e os termos da sua aplicação;

ii. Defender que existem limites à aceitabilidade das normas costumeiras, em particular os que resultem de normas de direitos fundamentais e de princípios estruturantes da Constituição;

iii. Referir que os tribunais não estão vinculados estritamente à aplicação de normas costumeiras, podendo, à luz do artigo 204.º d a CRP, proceder à fiscalização concreta das mesmas quando violem normas de direitos fundamentais ou outros princípios estruturantes da Constituição.

Grupo I: 8 valores

Grupo II: 6 valores

Grupo III: 4 valores

Redação e sistematização: 2
valores

Duração da prova: 1h30